



Opinião Econômica

Marcos de Vasconcellos

Jornalista, assessor de investimentos e fundador do Monitor do Mercado



O que há de pior para uma ação de R\$ 0,01?

Investir em empresas em recuperação judicial é oportunidade, mas risco é alto

O caso PDG Realty, que comentei na semana passada, trouxe a resposta para uma pergunta muito comum para investidores que usam a Bolsa para “apostar” em zebras: o que de pior pode acontecer a uma empresa cuja ação custa R\$ 0,01?

No caso da PDG, a divulgação de um documento falso e suspeitas de manipulação de mercado podem levar a investigações e punições que atrapalharam ainda mais o reerguimento de uma antiga gigante da construção civil. Tanto no preço de suas ações quanto na economia real.

Desde que saiu da recuperação judicial, em 2021, a empresa tem recebido aportes de capital para lidar

com as dívidas, fazendo com que suas ações sejam mais e mais diluídas. Possivelmente, haverá um novo grupamento de ações (quando juntam vários papéis em um, que passa a valer o preço do conjunto) e, depois disso, haverá espaço para o preço cair novamente, já que não estará mais no patamar mínimo de R\$ 0,01.

Sair de uma recuperação judicial é uma tarefa hercúlea. Erguer-se e retomar o crescimento depois disso é ainda mais duro. Esse desafio ficará marcado em nossa economia nos próximos anos, visto que o Brasil registrou recorde no número de pedidos de recuperação, em 2024. Segundo dados da Serasa Experian, 2.273 companhias recor-

ram a esse mecanismo para evitar a falência, um aumento de 61,8% em relação a 2023. Hoje, mais de 20 companhias abertas buscam salvação por esse mecanismo, seguindo a B3.

Na Bolsa, o ano passado será lembrado pela entrada em recuperação judicial de empresas tradicionais, como a Light e a Oi (que apelou ao instituto pela segunda vez), bem como de novatas, como a Agrogalaxy, cuja oferta inicial ações (IPO) data de 2021. Suas ações, LGT3, OIBR3 e AGXY3, respectivamente, são negociadas em patamares baixíssimos. É o mesmo que acontece com os papéis da Americanas (AMER3), que, você deve se lembrar, entrou em recupe-

ração depois de ser responsável por uma fraude bilionária que abalou todo o nosso mercado de crédito.

Investir em empresas em recuperação pode ser uma oportunidade, pois os preços dos ativos costumam estar muito baixos, mas os riscos são consideráveis e exigem profundo conhecimento do mercado.

Mesmo que a empresa consiga se reestruturar, o processo pode levar anos até se refletir no preço das ações. Além disso, há o risco de diluição

Existe ainda outro fator pouco comentado: a atuação dos fundos chamados de abutres. Esses fundos “operam” recuperações, comprando créditos de credores das em-

presas em dificuldade, por preços muito abaixo do valor de face. O objetivo pode ser reivindicar bens da empresa ou até mesmo influenciar as negociações da recuperação judicial, buscando maximizar seus ganhos.

O impacto desses fundos pode ser brutal. Em alguns casos, eles acabam “depenando” a companhia, desmontando ativos para revendê-los separadamente. Ao mesmo tempo que são ameaças para acionistas, os fundos também representam oportunidades de investimento de alto risco, pois, ao assumirem créditos depreciados, podem obter retornos expressivos quando fazem valer suas reivindicações.

Analisar todos os lados e teses envolvidos em uma empresa em recuperação judicial pode trazer mais do que uma resposta para investidores atentos.

Abre tua Conta Digital pelo app e arrasa



- Sem mensalidade
- Sem comprovantes
- Com Cartão de Crédito*

Baixa o app:



Banrisul
*Sujeito à análise de crédito.

Liberação do FGTS eleva preocupação com medidas de estímulo ao crescimento

/ CONJUNTURA

A decisão do governo de liberar R\$ 12 bilhões retidos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) dos trabalhadores que optaram pelo saque-aniversário aguçou a preocupação de que novas medidas de estímulo sejam adotadas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para evitar um tombo do Produto Interno Bruto (PIB). O risco que está no radar é que as medidas atrapalhem o trabalho do Banco Central de controle da inflação e levem a um cenário de juros altos por mais tempo no Brasil.

A indicação da presidente do PT, Gleisi Hoffmann, para a SRI (Secretaria de Relações Institucionais), o coração da articulação política com o Congresso, reforçou os temores de que o presidente não vai deixar a política de alta dos juros do BC agir para esfriar a atividade econômica e segurar a alta dos preços. Nos dois primeiros anos do 3º mandato de Lula, Gleisi foi a crítica mais dura contra a política fiscal do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e sua ida para

um gabinete dentro do Palácio do Planalto foi lida pelos investidores com um sinal de que a ala do governo que apoia mais estímulos vai se sobrepôr às restrições fiscais dos ministérios da Fazenda e do Planejamento.

Enquanto ainda estão no escuro sobre o impacto no consumo das famílias das operações de crédito do novo consignado privado, a ser lançado, os analistas acompanham os desdobramentos das medidas prometidas por Lula como o Pé-de-Meia (bolsa para estudantes de baixa renda do ensino médio), o programa Gás para Todos (botijão de graça para 22 milhões de famílias), Farmácia Popular (gratuidade de 41 medicamentos em farmácias credenciadas).

Como parte dessas despesas não está garantida no Orçamento de 2025 –ainda não aprovado pelo Congresso–, a preocupação é que a lei orçamentária seja aprovada com previsões de despesas subestimadas, para evitar um congelamento de despesas maior no início do ano.

O que mais chamou a atenção do mercado foi o timing da libera-

ção do FGTS. Uma primeira parcela de até R\$ 3.000 será disponibilizada aos trabalhadores a partir de 6 de março, e a outra no dia 17 de junho. Nessa data o Copom (Comitê de Política Monetária) do BC se reúne e se espera que a taxa Selic, hoje em 13,25%, chegue então a 15%. Até lá, o comitê terá duas reuniões: em 18 e 19 de março e 6 e 7 de maio.

“Uma crítica que já surgiu e que vai se intensificar é o Copom pisando no freio, de um lado, e o governo com medidas, a curto prazo, acelerando a demanda agregada, de outro”, afirma o economista-chefe da XP Asset, Fernando Genta. Ele ressalta que a curva de juros e a pesquisa Focus do BC, com as previsões dos analistas do mercado, apontam mais três altas de juros. Uma agora em março, de 1 ponto porcentual, e mais duas nas reuniões seguintes. “Aí o BC parava de subir e veria eventualmente algum sinal de desaceleração da atividade e desaquecimento da economia.”

O economista-chefe da XP Asset avalia que a tendência é que, conforme se aproxime o calendá-



Deliberações podem impactar Banco Central no controle da inflação

rio eleitoral, novas medidas sejam lançadas. “A sensação que todo mundo tem é que nunca se antecipou tanto o calendário eleitoral como dessa vez”, diz.

Para Genta, o escalonamento foi uma tentativa do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, de ajudar o BC a ter mais clareza sobre o estado da economia e o processo de desaceleração da atividade. “O ministro tentou fazer da forma que dificultasse menos a vida do Banco Central para entender o estado da economia”, afirma. Nas discussões para a liberação do FGTS, Haddad cobrou a transição com o escalonamento da libera-

ção, de acordo com pessoas do governo a par do tema. Em compensação, Haddad conseguiu avançar no consignado privado sem acabar com o saque-aniversário, em oposição ao ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, que queria lançar o novo tipo de empréstimos vinculado ao fim dos saques anuais no FGTS. O impacto do consignado está na lista das preocupações. Com apoio dos bancos, a medida é a grande aposta do governo para estimular o crédito neste ano e sustentar o crescimento. Lula já conversou com os presidentes dos bancos públicos para puxar o novo crédito com taxas mais baratas.

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL/JC